

## **Crise e bravatas**

César Benjamin

Folha de S. Paulo, 22 de março de 2008

Bancos, por definição, estão sempre em desequilíbrio. Numa ponta, recebem depósitos que podem ser sacados a qualquer momento pelos titulares das contas. Na outra ponta, usam esses recursos para conceder créditos que só podem ser cobrados paulatinamente, conforme os prazos contratuais. Devem à vista aos correntistas e recebem a prazo dos tomadores de empréstimos. Interessa à sociedade que eles corram os riscos inerentes a esse descompasso, pois a oferta de crédito é essencial ao desenvolvimento. Mas também interessa que eles sejam empreendimentos seguros.

Para compatibilizar essas duas variáveis contraditórias – exposição ao risco e segurança –, os bancos integram um subsistema específico em qualquer economia. Entre as características desse subsistema está a possibilidade de recorrer, a qualquer tempo, a um prestador de última instância, o Banco Central. Ele pode exercer essa função porque recebe da sociedade a excepcional prerrogativa de fabricar dinheiro.

Os bancos centrais devem garantir a solvência do sistema bancário. Isso exige uma contrapartida: como fiadores do sistema, eles precisam acompanhar, supervisionar e controlar as operações financeiras, em tempo real, as quais devem seguir regras muito mais estritas do que aquelas a que estão sujeitas as empresas comuns. Se não for assim, os operadores podem perpetrar imprudências e insanidades, na busca de lucros desmesurados, confiantes em

que os prejuízos, quando existirem, serão automaticamente repassados à sociedade pela ação dos bancos centrais.

Nas últimas décadas, nos Estados Unidos e em outros países, esse equilíbrio entre cobertura e regulamentação se desfez. As legislações e as práticas de controle foram eliminadas ou enfraquecidas. Qualquer desregulamentação passou a ser considerada boa, pois o Estado tornou-se intrinsecamente mau. Ao mesmo tempo, as operações especulativas se sofisticaram, tornando-se cada vez mais complexas, formando uma rede densa e opaca, vocacionada para expandir riqueza fictícia.

O transbordamento, para o mundo, dessa forma de gestão da riqueza ganhou o nome de globalização, glamorizada em cada país por grupos locais de rentistas. Eles recusam regulamentações nacionais. Mas, quando as crises eclodem, sabem que terão proteção, pois nenhum Estado fica inerte diante da iminência de um desastre financeiro. Também sabem que não estão sozinhos, pois, direta ou indiretamente, lidam com recursos de investidores institucionais que não podem quebrar. Tornaram-se, ao mesmo tempo, livres e protegidos. Por isso, cada vez mais irresponsáveis. Reapareceu o espectro de crises recorrentes.

A rede de interesses rentistas já é grande demais, o que impede que o banco central norte-americano (FED) aproveite a crise atual para promover mudanças de fundo. Como o dólar, na prática, é moeda de curso forçado na economia mundial – pois grande parte da riqueza do mundo está em títulos do Tesouro americano –, mais uma vez o FED buscará maneiras de exportar prejuízos. Provavelmente terá êxito, às custas de trincar ainda mais os alicerces do sistema internacional.

Quanto ao Brasil, a arrogância governamental é pura bravata. Nossa vulnerabilidade externa permanece elevada, e o agravamento súbito da

situação mundial não deve ser descartado. Os mercados especulativos só podem funcionar quando seus agentes fazem avaliações diferentes sobre a direção futura dos preços. Quando as avaliações convergem, esses mercados se paralisam, pois deixam de existir compradores e vendedores de diferentes expectativas. Ocorre o “efeito manada”: todos correm na mesma direção. Os preços desabam, e o simples manejo da taxa de juros é incapaz de deter o desastre. Se isso ocorrer, o custo, para o mundo, será muito alto. Principalmente para nós.